



Relatório Circunstanciado do Poder Executivo

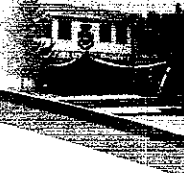
Conforme prevê o artigo 113 do Regimento Interno desta Egrégia Corte de Contas, encaminho o Relatório sobre a gestão das atividades públicas realizadas no Município, relativo ao exercício de 2015, no que se refere à Administração Direta.

Destaca-se que seguem nesta Prestação os seguintes documentos:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e) Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária, exercício 2015;
- f) Alterações nas Leis referidas na letra "e", relativas ao exercício de 2015, bem como os Decretos e Mapa de Créditos;
- g) Declaração firmada pelo Contabilista e ratificada pelo Prefeito sobre as conciliações bancárias e seu resultado;
- h) Relatório e Parecer do Responsável pelo Controle Interno atinentes à administração do executivo municipal, bem como os Pareceres sobre a gestão dos recursos vinculados à MDE e às ações e serviços públicos de saúde;
- i) Relatório e Parecer do Conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB;
- j) Relatório e Parecer do Conselho Municipal de Saúde;
- i) Declaração do Administrador de que os agentes públicos que desempenhem atividades nessas instituições estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas.

1 - Execução Orçamentária

Os efeitos da receita e da despesa pública sobre o orçamento e sobre o Patrimônio, constam nos demonstrativos orçamentários e contábeis anexos na presente Prestação de Contas. A receita arrecadada foi de R\$ 30.917.004,99 e a despesa realizada somou R\$ 26.770.170,11, resultando em um superávit de R\$ 4.146.834,88.



1.1 - Limites de Despesas com Pessoal e Endividamento

O presente item deixa de ser abordado por já constituir processo próprio da Gestão Fiscal e encaminhado ao Tribunal no período correspondente, juntamente com o Sistema para Informações e Auditoria para Prestação de Contas - SIAPC relativos ao exercício de 2015. No entanto, informamos que os respectivos percentuais ficaram abaixo dos limites definidos na LRF, ficando em 46,09% e 1,69% para Poder Executivo e Legislativo Respectivamente. Com relação ao Endividamento, a Dívida Consolidada Líquida perfaz um valor de R\$ 872.792,69 negativo, estando portanto dentro dos limites definidos pelo STN.

2 - Das Metas Previstas no Plano Plurianual - PPA

O cumprimento dos programas de governo, metas e suas ações, no exercício que se encerrou em 31-12-2015 como foram analisados e apresentados por ocasião da realização das audiências públicas para avaliação do cumprimento das metas fiscais.

2.1 - Das principais realizações em 2015

No decorrer do exercício talvez uma das maiores realizações do nosso município foi manter o equilíbrio financeiro das contas do erário público, apesar da forte crise financeira constatada a nível nacional.

Ademais foram feitas as seguintes aquisições ou melhorias para o patrimônio público municipal de nosso município:

- Aquisição de 12 Computadores para Secretaria da Educação	-	R\$ 15.360,00
- Aquisição de 12 Nobreaks para secretaria da Saúde	-	R\$ 3.780,00
- Aquisição de 12 Estabilizadores para Secretaria da Saúde	-	R\$ 1.428,00
- Aquisição de Retroescavadeira Marca Caterpillar Modelo 416E	-	R\$ 169.000,00
- Aquisição de Caminhão Caçamba Marca Ford Modelo Cargo 1519	-	R\$ 177.000,00
- Aquisição de Materiais Elétricos para Secretaria de Obras	-	R\$ 16.357,50
- Reforma da Sala de Vacinas na Secretaria de Saúde	-	R\$ 3.694,27
- Ampliação da Creche pró Infância (construção de 2 salas novas)	-	R\$ 141.615,13
- Construção de Calçamento na Linha Formosa	-	R\$ 70.200,00
- Reformas e Melhorias Unidades Básica de Saúde Tesouras, Boi Preto e CAIS de Chapada	-	R\$ 49.477,38
- Aquisição de Uniformes para Escolas Municipais	-	<u>R\$ 63.955,00</u>
TOTAL DOS INVESTIMENTOS LISTADOS:	-	R\$ 711.867,28



3 - Das Informações sobre Vinculações Constitucionais

3.1 - Recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, incluindo os Recursos do FUNDEB

No exercício em análise foram investidos R\$ 6.789.117,89 na MDE, o que corresponde a 34,84% da receita resultante de impostos e transferências.

O valor despendido na MDE pode ser assim identificado:

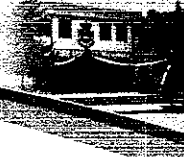
PROJETO/ATIVIDADE	VALOR
2028 - Manutenção Secretaria da Educação	265.486,87
1022 - Aquisição de Máquinas e Equipam.	25.300,40
1023 - Manutenção Prédios Escolares	30.353,33
1098 - Ampliação Escola	36.069,51
2033 - Manutenção Ensino Fundamental	1.145.306,35
2034 - Remuneração Prof. Enisno Fund.	3.074.467,85
2067 - Gasto 40% FUNDEB	160.163,08
2036 - Transporte Ensino Fundamental	488.236,96
2038 - Treinamento Professores	2.255,78
2041 - Educação Infantil	1.487.546,75
(+) Perda com o FUNDEB	81.932,52
(-) Desp. Liq. Rend. MDE/FUNDEB	-8.001,51
TOTAL	6.789.117,89

3.2 - Recursos aplicados nas Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS

No exercício em análise, a execução orçamentária demonstrou a aplicação de R\$ 4.409.272,75, nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, representando 22,72 % da Receita base de cálculo descrita nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 322/2003.

O valor despendido nas ASPS pode ser assim Identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR
2005 - Manutenção Secretaria da Saúde	2.519.812,47
1005 - Reequip. Secretaria da Saúde	3.703,00
2006 - Transporte Saúde	614.867,31
2008 - PACS E PSF	473.104,83
2009 - Atendimento Odontológico	286.288,80
2063 - Hospital Laboratorial	417.554,78
2101 - Convenio SAMU/SALVAR	93.914,56
TOTAL	4.409.272,75

**4 - Do Desempenho da Arrecadação conforme art. 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal**

A Receita orçamentária teve o seguinte desempenho no exercício que se encerrou:

Discriminação	Previsão Anual	Realiz. no Período	% Real. Período
1 - Receitas Correntes	30.740.000,00	32.354.915,24	215,76%
Receita Tributária	1.857.100,00	2.242.245,90	20,74%
Receita de Contribuições	820.000,00	1.001.955,97	22,19%
Receita Patrimonial	2.792.050,00	3.302.797,30	18,29%
Receita Agropecuária	4.000,00	15.312,25	282,81%
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00%
Receita de Serviços	365.350,00	649.677,45	77,82%
Transferências Correntes	24.429.000,00	24.702.464,08	1,12%
Outras Rec. Correntes	472.500,00	440.462,29	-6,78%
2 - Receitas de Capital	170.000,00	1.078.478,02	534,40%
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00%
Alienação de Bens	10.000,00	124.010,00	1140,10%
Amort. de Empréstimos	160.000,00	169.099,82	5,69%
Transfer. De Capital	0,00	785.368,20	0,00%
Outras Rec. De Capital	0,00	0,00	0,00%
3 (-) Deduç. da Receita	3.360.000,00	4.037.581,63	20,17%
4 - Receitas Intra-Orçam	1.050.000,00	1.521.193,36	44,88%
Total da Receita	28.600.000,00	30.917.004,99	8,10%



4.1 - Análise quanto ao Desempenho da Arrecadação

4.1.1-Quanto às Receitas Tributárias

A Receita Tributária atingiu ao final do quadrimestre em análise o montante de R\$ 2.242.245,90, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 1.857.100,00, representa uma realização de 20,74% acima da projeção para o período.

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Impostos	1.408.000,00	1.524.086,52	8,24%
I P T U	330.000,00	288.897,63	-12,46%
I R R F	303.000,00	365.727,95	20,70%
I T B I	360.000,00	452.190,92	25,61%
I S S Q N	415.000,00	417.270,02	0,55%
Taxas	446.900,00	426.271,58	-4,62%
Taxas p/ Exerc.Poder de Polícia	179.000,00	185.473,57	3,62%
Taxas p/ Prestação de Serviços	267.900,00	240.798,01	-10,12%
Contribuição de Melhorias	2.200,00	291.887,80	13167,63%
Total das Receitas Tributárias	1.857.100,00	2.242.245,90	20,74%

4.1.1.1 - Medidas no sentido de Recuperação de Créditos Tributários e Fiscalização da Receita

Temos a informar que a maior parcela da Receita do Município, vem de fontes externas, através de transferências dos Governos da União e do Estado, sobre as quais a Administração Municipal não tem ação efetiva, limitando-se a registrá-las e controlar as suas aplicações.

A receita própria, por força do sistema tributário nacional, se limita aos impostos: IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Contribuição de Melhoria, Taxas e demais receitas. A Prefeitura mantém um pequeno número de fiscais, que visitam os estabelecimentos comerciais, verificando a sua regularidade junto ao fisco municipal, dá orientação e, se for o caso, aplicando as sanções cabíveis para que o custo não ultrapasse a arrecadação pelo princípio da economicidade.

O IPTU tem recebido um tratamento diferenciado, com cadastro imobiliário e embora não haja uma fiscalização direta em cada domicílio, nenhuma transação imobiliária é efetuada, sem a certidão de regularidade com o fisco municipal.

Destaca-se que o Município desenvolve o Programa de Integração Tributária em parceria com o Governo do Estado. E com o objetivo de melhorar a arrecadação do ICMS realiza revisão dos blocos dos produtores rurais, Guias Modelos A e B, sendo que também proporcionou o aperfeiçoamento do setor responsável através da realização de cursos. Dispõe da Unidade Municipal Cadastro - CECIR, referente ao INCRA.



4.1.1.2 - Ações no sentido de combate à Sonegação e Incremento de Receitas Tributárias

A Prefeitura promove a cobrança dos tributos municipais, inicialmente em caráter amigável, através de editais divulgados nos meios de comunicação existentes no município. Esgotados os meios amigáveis, a Prefeitura promove a cobrança judicial. Cabe salientar que esse recurso é evitado por dois motivos: primeiro porque os processos judiciais se arrastam por longo tempo, frustrando a intenção da Prefeitura de disponibilizar os recursos no menor tempo possível, e segundo, por que as dívidas, na sua grande maioria são diminutas, não comportando a cobrança judicial, em face do seu elevado custo, o que torna a medida desgastante, deficitária e anti-econômica.

Através de Lei Municipal foi proporcionado o parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa, referente a créditos tributários, não tributários e em execuções fiscais.

Foi realizado o cálculo atuarial para reavaliar as alíquotas de contribuição do RPPS.

4.1.2-Quanto às Receitas de Contribuições

A Receita de Contribuições atingiu ao final do quadrimestre em análise o montante de R\$ 1.001.955,97, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 820.000,00, representa uma realização de 22,19% acima da projeção para o período.

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Contribuições Sociais	590.000,00	661.466,12	12,11%
Contribuições Previdenciárias	590.000,00	661.466,12	12,11%
Compensação Previdenciária	0,00	0,00	0,00%
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00%
Contribuições Econômicas	230.000,00	340.489,85	0,00%
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	230.000,00	340.489,85	48,04%
Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00%
Total das Receitas de Contribuições	820.000,00	1.001.955,97	22,19%

**4.1.3-Quanto às Receitas de Transferências Correntes**

As Receitas de Transferências Correntes atingiram ao final do quadrimestre em análise o montante de R\$ 24.702.464,08, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 24.429.000,00, representa uma realização de 1,12% acima da projeção para o período.

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Transferências da União	9.723.500,00	9.846.467,90	1,26%
Cota parte do F P M	6.300.000,00	6.946.514,95	10,26%
Cota parte do I T R	380.000,00	679.149,82	78,72%
Cota parte da LC 87/96	60.000,00	68.530,44	14,22%
Cota Parte Fundo Especial	95.000,00	71.237,28	-25,01%
PAB - Parte Fixa	260.000,00	239.264,63	-7,98%
PAB - Parte Variável	1.377.000,00	1.029.856,57	-25,21%
Outras Transf. do SUS (SAMU)	157.500,00	157.500,00	0,00%
Transferências do F N A S	192.000,00	116.222,57	-39,47%
Transferências do F N D E	442.000,00	486.157,52	9,99%
Transferências de Convênios	460.000,00	52.034,12	-88,69%
DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Transferências do Estado	10.800.500,00	11.020.607,41	2,04%
Cota Parte do I C M S	8.800.000,00	9.276.798,87	5,42%
Cota Parte do I P V A	1.100.000,00	1.143.583,76	3,96%
Cota Parte do IPI / Exportação	160.000,00	183.699,70	14,81%
Cota parte da C I D E	2.000,00	6.045,45	202,27%
Transf.do Fundo Est.Saúde (FES)	688.000,00	384.308,23	-44,14%
Transf. Fundo Est.Ass.Social(FEAS)	0,00	0,00	0,00%
Outras Transferências do Estado	50.500,00	26.171,40	-48,18%
Outras Transferências	3.905.000,00	3.835.388,77	-1,78%
Transferências de Pessoas/Instituições	3.000,00	40.845,95	1261,53%
Transferências de Convênios	302.000,00	289.499,05	-4,14%
Transferências ao Fundeb	3.600.000,00	3.505.043,77	-2,64%



5 - Conclusão

Por fim, destacamos que todas as ações desenvolvidas estão retratadas nas demonstrações contábeis e orçamentárias e os aspectos mais relevantes da execução orçamentária encontram-se apresentadas nesta exposição circunstanciada. Todavia, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentação de documentos que se façam necessários para cumprimento do mandamento constitucional de prestar contas.

Chapada - RS, 31 de Dezembro de 2015.

CARLOS ALZENIR CATTO
PREFEITO MUNICIPAL